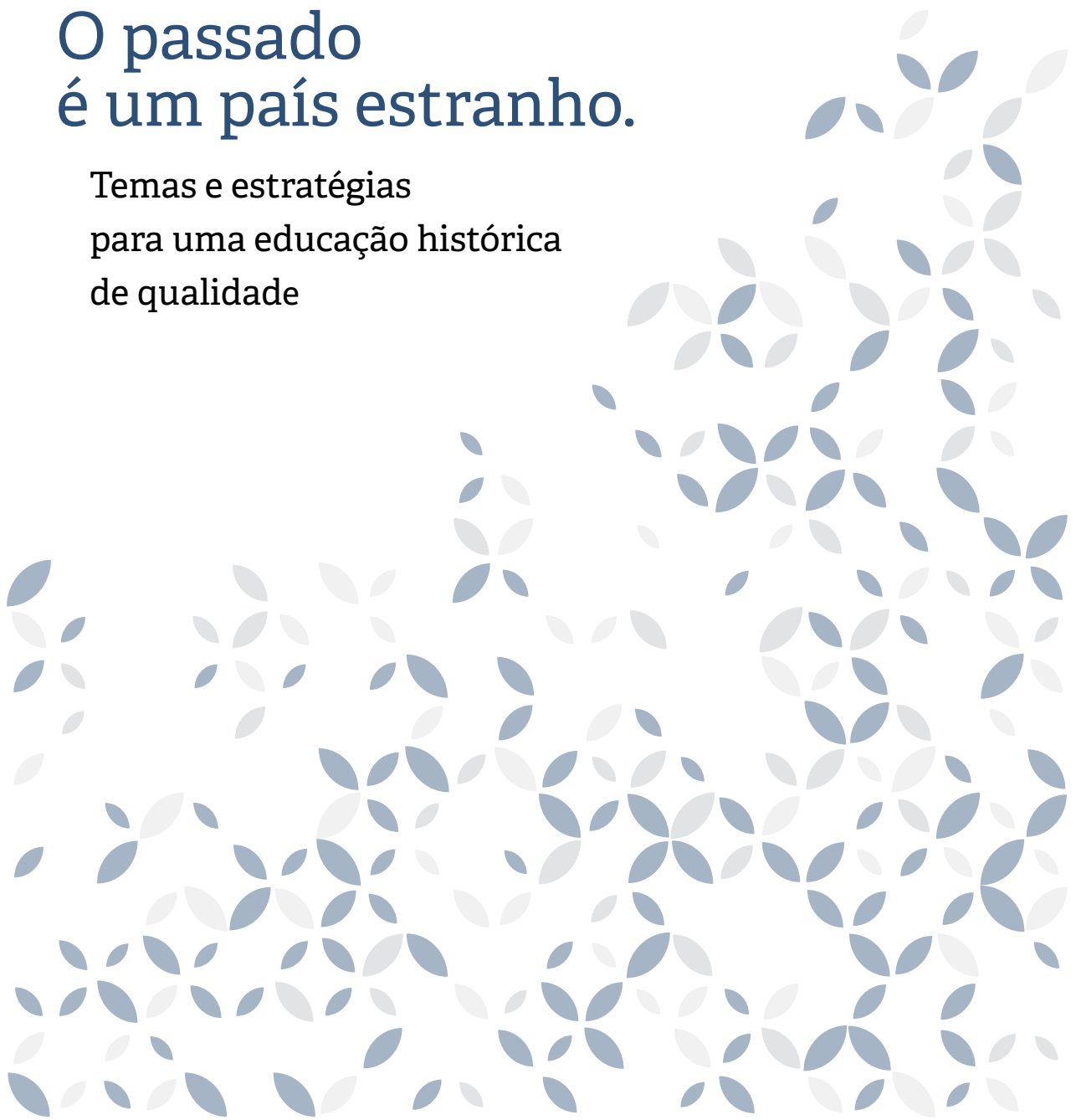


Luís Grosso Correia
(organização)

O passado é um país estranho.

Temas e estratégias
para uma educação histórica
de qualidade



Título

O passado é um país estranho.

Temas e estratégias para uma educação histórica de qualidade

Organizador

Luís Grosso Correia

Editor

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Biblioteca Digital**

Capa e tratamento gráfico

Pedro Lima

Infografia dos capítulos

Autores

ISBN:

978-989-8969-94-1

outubro | 2021

Suporte:

Eletrónico



Todo o conteúdo desta publicação,
exceto onde esteja identificado,
está licenciado sob uma Licença Creative Commons.

A expressão escrita e conteúdo dos capítulos
é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Índice

Luís Grosso Correia, Introdução	02
Miguel Angel Silva, Espacialidade.....	09
Anabela Costa Gomes, Cidade Educadora.....	35
Armando Duarte Figueiredo, Ruínas e experiência do lugar	67
Vítor Fontes, Mitos e Lendas.....	89
Carla Ferreira, Música.....	122
Maria João Duarte, Dramatização.....	152
Ana Isabel Dias, Fotografia	173
Pedro Pateira, Mapeamento conceptual.....	213
Mónica Costeira, Concepções de História	244
Luís Grosso Correia, Temas vivos	264
Notas biográficas do/as autores/as	289

Espacialidade

Miguel Angel Silva*

O espaço em perspetiva histórica apresenta-se como a temática central do presente trabalho de investigação. Assim, o que se pretendeu foi desenvolver, mediante uma linha de pensamento crítico e reflexivo, uma epistemologia do espaço, enquanto vetor do saber histórico e aferir as possibilidades de realização, em termos educativos, no ensino da História, da espacialidade enquanto competência central para a construção do conhecimento histórico.

É neste quadro exploratório e problematizador, de entendimento e interpretação do espaço, na sua significação histórica, a partir dos efeitos da dimensão temporal sobre a espacialidade, que se pretendeu desenvolver um novo prisma de abordagem, assim como a tentativa de definição de uma gramática que proporcione a leitura histórica do espaço.

Do exposto, duas ideias-chave orientam a organização deste estudo: o espaço enquanto vetor de experiência e de consciência histórica.

Com efeito, tais pressupostos circunscrevem dialeticamente os objetivos norteadores do presente estudo nas ideias de aprender História pelo espaço e simultaneamente formar nos alunos uma consciência histórica que lhes permita, no âmbito da sua formação, interpretar e compreender a significação histórica do espaço.

A prossecução dos objetivos enunciados, no desenvolvimento do processo de formação histórica, subentende os seguintes núcleos de aceção do espaço como uma unidade total e totalizante em todo o seu conteúdo, forma e sentido histórico:

- A paisagem como elemento mutável e dinâmico decorrente das realizações humanas que se vão metamorfizando num processo temporal de (des/re)construção das suas formas-conteúdo, levando a uma territorialização da sua historicidade;- O espaço com uma espessura antropológica que se vai sedimentando, arqueologicamente em sucessivos planos de inteligibilidade histórica, que se assumem como categorias discursivas de entendimento e explicação dos quadros políticos, mentais, ideológicos, económicos, sociais, culturais dos sucessivos períodos históricos;
- O espaço produto histórico com uma matriz criadora de base politico-ideológica e mental.

O desenvolvimento operativo e investigativo de tais aceções concretizou-se a partir de uma intervenção educativa na Baixa pombalina em Lisboa, espaço nuclear e central do presente estudo.

A Baixa pombalina configura um espaço de significação histórica, aqui descodificado, nas simbologias e significados dos seus elementos urbanísticos e arquitetónicos; concretiza um espaço de experiência histórica, a partir do desenvolvimento de duas visitas de estudo, e de formação de uma consciência histórica, através do conhecimento do seu movimento no tempo, que circunscreve a perceção e apreensão de uma gramática espacial diferenciada e de leitura contrastante num contexto ante terramoto de 1755 – a cidade orgânica – e pós-terramoto – a cidade racional. Pretendeu-se assim, mediante a mobilização de estratégias e instrumentos didático-metodológicos estruturadores do pensamento espacial e da consciência histórica dos alunos,

* Citar como:

Silva, Miguel Angel (2021). Espacialidade. In Luís Grosso Correia (org.), *O passado é um país estranho. Temas e estratégias para uma educação histórica de qualidade*. Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 9-34. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8969-94-1/passa1>.

desenvolver linhas interpretativas e contextualizadoras da sua morfologia e estrutura urbana com o objetivo de se elaborarem eixos de compreensão dos sentidos da sua espacialidade, antes e após o grande terramoto

1. Gramática espacial da Baixa pombalina

A Baixa pombalina apresenta-se como um conteúdo espacial transdisciplinar, expresso na sua unidade histórico-geográfica e na sua dupla condição de realidade física e de construção ideológica, envolto numa espessura antropológica, numa memória reveladora de diversas sedimentações deixadas por sucessivas transformações que se refletem na singularidade da sua materialidade.

O espaço que da Baixa pombalina constitui o eixo nuclear do processo educativo encetado com a realização das duas visitas de estudo a este segmento espacial da urbe lisboeta. O estudo da Baixa pombalina circunscreve uma abordagem educativa que visa um duplo objetivo: ensinar História no espaço e simultaneamente proporcionar aos alunos a tomada de consciência histórico-espacial da nova cidade pensada e edificada por Pombal.

Os dois objetivos, atrás referidos, procuram relevar neste estudo a singularidade e as potencialidades que o pensar e ensinar o espaço poderá constituir no ensino da História, já que, numa primeira análise, o conceito de espaço está intrinsecamente ligado ao objeto de estudo da Geografia e à sua essência enquanto disciplina científica.

Deste modo, procurar-se-á operar através do conceito de espaço o desenvolvimento de linhas de inteligibilidade que irradiam da sua natureza transdisciplinar, numa abordagem histórica. Saliente-se, neste sentido, que o propósito deste debate teórico sobre o espaço e a sua natureza não tem a pretensão de negar e contra-argumentar a noção de espaço geográfico e as suas significações discorridas pelas várias correntes do pensamento geográfico, mas refletir sobre novas possibilidades de entender e interpretar o espaço geográfico, complementando-as, a partir dos efeitos da dimensão temporal sobre a espacialidade. A espacialidade é entendida, assim, no presente estudo, não na sua idealidade geográfica, enquanto processo dinâmico inerente às distribuições/relações espaciais, mas como dinâmica no seu movimento de transformação ao longo do tempo, nos estratos sucessivos das várias temporalidades territorializadas. Por outro lado, pretende-se ampliar as possibilidades de realização de um pensamento crítico na construção do conhecimento histórico, da qual o espaço se assume como uma entidade de interpretação e compreensão relevante.

Procura-se assim, perspetivar o espaço enquanto objeto de estudo histórico mediante uma relação dialética presente-passado, inteligível das dinâmicas territoriais que o espaço expressa. Se o espaço possui uma matriz geográfica materializada nas relações estabelecidas entre o Homem e o meio físico, enquanto entidade dinâmica e mutável, quer por fatores naturais e/ou humanos, e, portanto, reveladora de marcas de temporalidade, pressupõe, igualmente, uma matriz histórica, consubstanciada nas ações e processos dos agentes históricos que o foi (des/re) construindo num tempo contínuo.

Tal conceção conflui numa nova gramática espacial enriquecedora dos discursos científicos, quer geográficos, quer historiográficos, na medida em que proporciona novos dados metodológicos e leituras do espaço e outros prismas de abordagem para a sua interpretação e compreensão:

para a Geografia o território entendido nos estratos e substratos históricos, permitindo-lhe a teorização e a compreensão dos fenómenos geográficos/arranjos espaciais de uma forma mais profunda, clarificadora e sustentada; para a História o espaço surge como um território-palimpsesto, uma categoria discursiva reveladora de aspetos políticos, ideológicos, económicos, culturais, simbólicos, marcado por diversas temporalidades intrínsecas.

A Baixa pombalina poderá ser assim definida, adaptando as palavras de Zygmunt Bauman, como “una ciudad similar a un palimpsesto, erigida sobre las capas de los sucessivos accidentes de la historia; una ciudad que há surgido y sigue surgiendo de una asimilación selectiva de tradiciones divergentes, asi como de la absorción igualmente selectiva de innovaciones culturales, com ambas selecciones sujetas a reglas cambiantes, casi nunca explícitas y, menos aún, presentes en el pensamiento de la época en que tiene lugar la acción, y susceptibles a una codificación cuasi lógica sólo com ayuda de la visión retrospectiva” (Bauman, 2001: 56).

1.1. Leitura histórica do espaço

Espaço e tempo apresentam-se simultaneamente como uma marca identitária do lugar e uma expressão da sua singularidade. A singularidade do lugar expressar-se-á na sua materialidade. Materialidade, esta, entendida como um produto decorrente de um processo de construção configurado temporal e espacialmente em função da ação do Homem sobre o território. O território é, assim, usado, reorganizado, configurado, modelado e racionalizado pelo devir humano: “O espaço é construção, é resultante do acontecer humano e ser resultante não é ser ‘teatro da história’ mas, sim a própria história territorializada” (Vidal Perez, 1996: 28).

A materialidade surge como a expressão de um território construído historicamente, apresentando simultaneamente sentidos históricos e geográficos circunscritos no espaço: “Espaço é o “território usado”, natureza socialmente definida pelo movimento do viver-fazer humano: o acontecer humano se reflete no território do espaço geográfico, o que nos possibilita definir metaforicamente a Geografia como uma escrita existencial do ser humano no seu território” (*idem*, 1996, 24-25).

O espaço surge como um organismo circunscrito numa dada realidade territorial. A sua expressão vital decorre da relação retroalimentadora entre ação humana e materialidade a que Milton Santos, geógrafo e pensador do espaço, se refere quando afirma que “a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (Santos, 1996: 51).

O espaço configura assim uma realidade metamorfizada por um homem-agente, interventivo e criativo, que o modela num processo dinâmico de (des)construção circunstanciado numa dimensão temporal, já que o seu modo de produção reflete, ao longo do tempo histórico, características sócio-culturais específicas que o dotam de conteúdo e significado. “O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada” (Godoy, 2004: 34).

Decorrente desta metamorfização, o espaço surge como uma unidade histórico-geográfica. Captar os sentidos de determinado espaço geográfico subentende interpretar e compreender o espaço mediante um prisma de análise inter-temporal pelas relações passado-presente-futuro,

decorrentes desta metamorfização da sua materialidade, expressa na mutabilidade estrutural e funcional em que incorre.

Como refere Paulo Godoy, “o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos progressos, embora estes podem ter sofrido mudanças drásticas (...). Assim, se a forma é propriamente um resultado, ela é também fator social” (*idem*, 2004, 35).

Por conseguinte, o espaço configura-se igualmente como uma unidade histórica. O Homem enquanto ser social produz e reproduz materialmente o espaço num processo de continuidades, mudanças e ritmos de desenvolvimento condicionados por uma multiplicidade de fatores – económicos, sociais, políticos, culturais e de mentalidades.

Resultante deste movimento histórico a paisagem vai-se modificando e metamorfizando numa relação dialética entre o Homem e o seu ambiente (re)produzindo-se dinamicamente em novas materialidades com significado histórico.

Reiterando as palavras de Milton Santos, o espaço assume um carácter mutável e circunstancial cujo dinamismo advém das realizações humanas que vão imprimindo na paisagem uma historicidade sempre renovada e portanto de espessura sedimentar e de significado antropológico, reflexo das sucessivas mudanças estruturais e funcionais que o Homem como agente histórico vai produtivamente (des/re)construindo em novas materialidades num movimento permanente e por esse processo infinito a paisagem vai agregando “pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (Santos, 1988: 5).

Estes apontamentos de Milton Santos relevam o espaço como entidade histórica e identitária advinda da simbiose da paisagem com a sociedade circunstanciada no devir histórico dos seus valores.

O espaço surge assim como uma criação circunscrita a um território físico e animado pelos homens que o usam e transformam ao longo dos tempos, dotando-o de uma unidade geográfica expressa numa espacialidade presente, mas cuja morfogénese vai incorrendo num processo temporal, como se de um palimpsesto se tratasse. Daí a sua unidade histórica e, por conseguinte, a sua dimensão histórico-geográfica inter-relacional e causal. “As urbes fazem-se e refazem-se no tempo através de ruturas, mais ou menos bruscas, e de continuidades que lentamente vão transformando os espaços. A cidade que temos é o legado material desses processos que cada geração aplica ao que recebe para adaptar às suas condições de produção, à luz dos valores que possui. O território torna-se assim como que um palimpsesto escrito e reescrito em inúmeras camadas” (Salgueiro, 2005: 89).

Segmento espacial da cidade de Lisboa, a Baixa pombalina circunscreve na atualidade um espaço histórico e identitário, animado por novas apropriações e espacialidades que circunscrevem novas geografias e, simultaneamente, por novas significações decorrentes de processos e eventos históricos que traduzem novos quadros valorativos e ideológicos da sociedade que personifica.

Perceber o nascimento e a criação da Baixa pombalina implica balizá-la numa dimensão temporal antes e após o grande terramoto de 1755 para assim se poder descortinar a sua essência enquanto produto histórico e perceber o âmago da sua morfogénese enquanto espaço de construção histórica de significado e simbologia político-ideológica.

1.2. Lisboa, 1 de novembro de 1755: entre a cidade orgânica e a cidade racional

Cogitar a estrutura física/urbana da baixa de Lisboa nas vésperas do terramoto de 1755 subentende um grande esforço intelectual e mental, dado que a perceção do seu tecido urbano, expressa uma realidade totalmente antagónica ao que os nossos olhos veem na atualidade.

Como território-palimpsesto, Lisboa já apresentava, nas vésperas do grande terramoto, uma materialidade ancestral advinda das sucessivas ocupações humanas a que foi sendo sujeita, num processo de sedimentações e metamorfações que lhe imprimiam um carácter multiforme marcado por um crescimento urbano marcado pelas circunstâncias políticas, económicas, sociais e culturais das diferentes conjunturas históricas.

Desta forma, a expansão da cidade, privilegiava um sentido que se vinha fazendo ao longo dos tempos: do Castelo para a Ribeira e progredia, ao longo da margem do rio, para oeste, num molde morfogenético orgânico, difuso e desorganizado de ruelas e becos, com arruamentos estreitos e sinuosos (cf. Figura 1).

Figura 1: Planta de Lisboa em 1650, por J. N. Tinoco (parte central) (in França, 1976).



O terramoto despoleta a génese de um novo espaço – a Baixa pombalina, que apresenta uma rutura abissal em termos de estrutura e conteúdo, com a antiga baixa lisboeta das vésperas da grande catástrofe. O seu impulso criador, circunstanciado num contexto catastrófico de exceção, abrange, num espaço totalmente destruído, uma nova assunção de apropriação de um espaço que, enquanto estrutura física passível de reconstrução, começa a ser concebido como um espaço mental.

Com efeito, assiste-se à criação de um novo espaço marcado historicamente uma vez que a sua génese circunscreve um sentido político-ideológico principiado por um agente histórico, de seu nome Marquês de Pombal, que, mediante uma orientação política despótica, circunscrita a um regime monárquico absolutista, enceta um projeto modernizador que, integrado numa ideologia iluminista, se cristaliza dialeticamente, no decorrer do processo-produto de edificação da nova Baixa de Lisboa, dotando-a de sentido e unidade urbanística.

A essência associada ao novo espaço que a baixa configura materialmente circunscreve, na sua génese, uma dimensão processual histórica, dado que o urbanismo pombalino subentende um significado e uma simbologia político ideológica veiculados nos seus elementos urbanísticos e arquitetónicos.

Por conseguinte, a gramática urbanística associada à Baixa pombalina, expressa um discurso pluridimensional – político, económico, social, mental, ideológico, de um tempo histórico circunstanciado numa conjuntura político-ideológica específica e, deste modo, o seu espaço, ao confinar singularmente uma historicidade territorializada apresenta uma possibilidade científico-metodológica renovada, a partir de uma nova conceção epistemológica do espaço, enquanto entidade e vetor de expressão e significado históricos.

Deste modo, rasgando uma nova cidade de inspiração iluminista, sobre uma cidade de ruelas e becos, agora destruída, poder-se-á estabelecer uma analogia dialética entre o terramoto e a ação de Carvalho e Melo e os ideais em que esta conceção filosófica se sustenta.

Mediante um Despotismo esclarecido, Pombal “recebia do iluminismo o apoio doutrinário para que essa autoridade se exercesse sem limitações. (...) Ao mesmo tempo, não podia a coroa aceitar a interferência da Igreja na vida política, nem que a nobreza pusesse em causa as linhas de força que traduziam a vontade do soberano, a única que os súbditos deviam acatar” (Serrão, 1979, vol. VI: 238).

Com efeito, se o terramoto de 1755 estabelece um marco em termos de ordenação do espaço urbano de Lisboa, pelo aparecimento de uma nova cidade de cariz iluminista, também “o grande tremor de terra abriu brechas profundas na sociedade portuguesa” (Couto, 2003: 195). Veja-se, a título de exemplo, que, na reconstrução da nova Lisboa, o traçado das ruas implicou uma nova realocação espacial das Igrejas da baixa, facto que apresenta valor simbólico, pela ação do poder político sobre os direitos e garantias do clero. Por outro lado, entenda-se que o processo rápido de enterramento das vítimas do terramoto com sacramentos sumários, revela o fato de que “o poder político estava mais preocupado com as epidemias do que com a ira divina; caso contrário a oração teria forçosamente de ser a primeiríssima prioridade” (Tavares, 2005: 101), delineando-se assim o plano do pragmático sobre o religioso/ simbólico.

Face ao exposto, entender todo o processo histórico que o terramoto de 1755 engendra implica estabelecer, dentro do mesmo, pontes explicativas de âmbito social, político, filosófico, urbanístico, que encontram no seu âmago um vetor intrinsecamente explicativo, uma vez que a nova Lisboa pombalina constitui em si mesma um marco e um símbolo de poder régio, de reforço do Estado e submissão dos grupos privilegiados, de promoção de uma burguesia empreendedora e de uma nova luz que recebeu do iluminismo os seus principais alicerces.

Enquanto se discutia e especulava sobre as origens e causas da grande catástrofe, Lisboa, sobranceira ao Tejo, renascia das cinzas, pela ação de Carvalho e Melo, discípulo das Luzes, que se propunha, mediante uma ação despótica, criar uma nova cidade, símbolo do poder do Estado e de modernidade – a Baixa pombalina.

O projeto reveste-se em si mesmo de grandiosidade e ousadia para a época, na medida em que a nova cidade foi construída, mediante um projeto de raiz, sobre a velha Lisboa. A própria rutura no sentido tradicional de expansão da cidade, com o novo plano urbanístico a privilegiar a direção norte-sul, outrora privilegiando a edificação ao longo da margem do rio, para oeste, circunscreve uma nova génese espacial dotada de racionalidade e liberdade de base iluminista, denotando uma intervenção que sobrepõe o plano mental sobre o físico-territorial, expressando uma nova morfogénese que se sobrepõe à morfologia orgânica da Baixa nas vésperas do terramoto. Simultaneamente, a reconstrução da nova Baixa subentende no seu plano filosófico-ideológico uma atuação política, de base iluminista – o despotismo esclarecido que a dotam de significado social e económico. De facto, Carvalho e Melo, perante uma situação de emergência que exigia uma resposta rápida, mandou tomar arruamentos e edifícios e, entretanto, ordenara que o engenheiro-mor do Reino, o já idoso Manuel da Maia, estudasse a reconstrução da cidade. Este engenheiro, experiente em fortificações militares e que já havia dado provas do seu talento na construção do Aqueduto de Lisboa, rodeia-se de um grupo de engenheiros militares que ficam encarregados da realização dos projetos: Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Elias Pope. “A 4 de Dezembro de 1755, Maia rapidamente enviou a Pombal as suas observações” (Maxwell, 2005: 223), presentes num memorial que apresentava uma discussão de hipóteses de urbanismo, uma proposta de modelos arquitetónicos e observações originais sobre pormenores de construção referentes à segurança dos edifícios, assim como à higiene das ruas e habitações.

Manuel da Maia apresenta cinco soluções para a reconstrução da cidade: 1 – reconstruir Lisboa tal como ela existia na véspera do terramoto; 2 – corrigir os planos antigos com alargamento das mesmas ruas; 3 – insistindo neste caso, também com a diminuição da altura dos prédios; 4 – reedificar com planos inteiramente novos a parte central da cidade; 5 – abandonar as ruínas ao seu destino e construir uma nova cidade a poente da antiga, ao longo do rio, cerca de Belém, em zona menos sacrificada pelo terramoto (cf. França, 1989).

“Manuel da Maia preferia esta solução radical, autocriticando as quatro outras; mas, ficar a cidade onde estava ou transportá-la para diante devia ser opção superior e que podia depender da escolha do local para a edificação do novo palácio real, em Belém ou em S. João de Bem-Casados. O rei, e sobretudo Pombal, escolheram este último sítio – e a reconstrução de Lisboa foi decidida no seu antigo terreno, mas conforme a quarta proposta” (*idem*, 43), precedida de uma série de estudos urbanísticos que se confinam ao desenho de seis plantas que se apresentam como propostas de construção da nova Baixa pombalina.

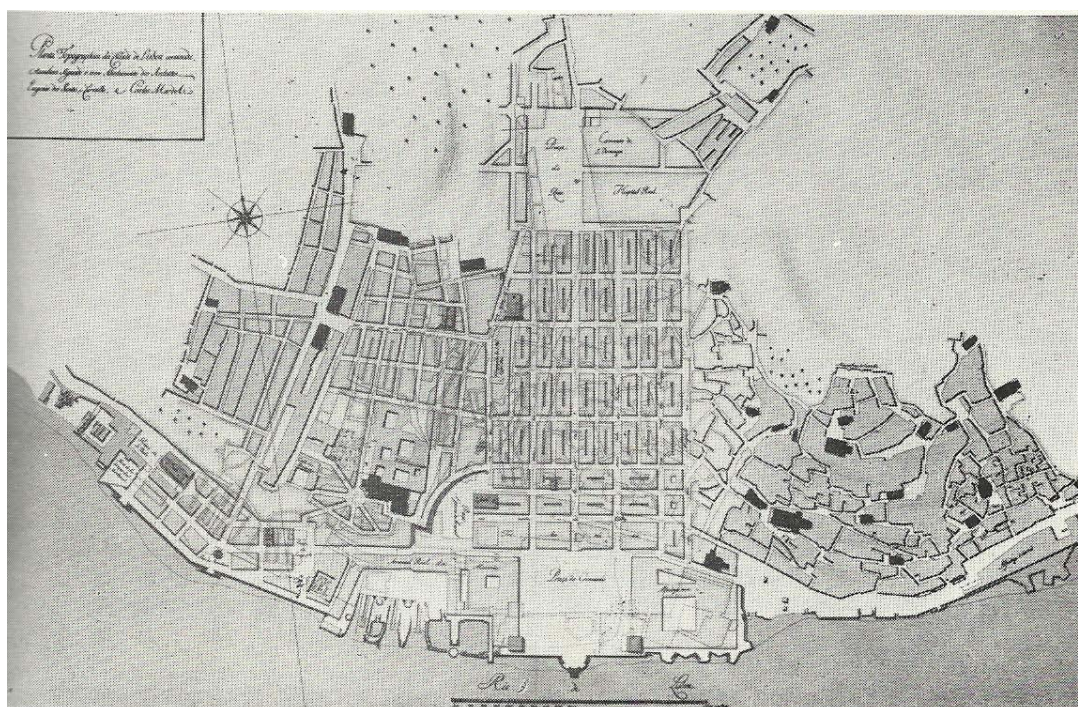
A solução implicava “arrasar as ruínas existentes e preparar o terreno, entulhando-o com o aumento de nível, e sobretudo, ajustar os valores das propriedades entre os seus anteriores donos, de modo a que as demolições radicais da planta da cidade fossem servidas pela equivalência prévia do “parcelar”, dos terrenos a construir de novo, obtida mediante escambos, cedências e vendas” (*ibidem*, 43). Tal operação, difícil e delicada, como afirma José-Augusto França, só foi permitida pelo alvará de 12 de maio de 1758 – “documento de extrema importância na definição de uma nova mentalidade urbana, ao nível das regras estabelecidas para assumir o urbanismo que era imposto, no plano finalmente aprovado” – que aprovou a planta de Eugénio dos Santos (*ibidem*, 44). Esse diploma foi precedido por decretos que ordenaram o tombo das casas destruídas, logo em 29 de novembro de 1755, ou que delimitaram a área da cidade (fixada em 670 ha em 3 de Dezembro de 1755) e proibiam construir fora dela, ou de modo diferente do estipulado, com imediata demolição das casas assim edificadas (decreto de 31 de Dezembro de 1755) (cf. *ibidem*).

Esse mesmo plano – planta de Eugénio dos Santos – correspondia à solução preferida, sendo “escolhido entre seis que propunham traçados diferentes, conforme os seus autores individuais (Eugénio dos Santos, Gualter da Fonseca ou E. S. Pope) ou em equipa (os mesmos com colaboradores), e que manifestavam graus evolutivos duma geometrização procurada” (*ibidem*, 1989, 44) – cf. Figura 2.

Se a nova cidade, reticulada a partir de uma série de ruas traçadas a régua e esquadro, reflete uma estrutura urbanística planeada, ordenada e racional, em que o novo traçado da cidade privilegia agora a direção norte-sul, introduzindo uma rutura no sentido tradicional de expansão da cidade este-oeste, importará agora encontrar na imagem de conjunto alguns elementos de constatação e de sentido ideológico e simbólico, que a nova cidade, definida no quadro do Despotismo esclarecido e iluminado, apresenta, tentando-se “definir uma rede de significados, em que valores de estética e política se articulam” (França, 1994: 18), em domínios como os económicos, sociais e culturais.

Os edifícios pombalinos foram construídos mediante uma “imposição de projetos-tipo para as fachadas, verdadeiras variantes de um mesmo modelo e das suas características em termos de simplicidade, princípios de simetria, regras de composição, com recurso à fixação da altura, das cêrceas, ritmos dos vãos, uso de cantaria e elementos decorativos praticamente limitados às grades das varandas” (Salgueiro, 2005: 93-94), que no seu conjunto demonstram o estilo pombalino. O prédio pombalino de Eugénio dos Santos sofre variantes no tratamento das fachadas, hierarquizadas conforme as ruas, mais ou menos importantes (e, por isso, mais ou menos largas), a que se destinavam, e, assim, é possível estabelecer uma tipologia de três espécies – fachadas tipo A, B ou C. Estes edifícios foram construídos à prova de tremores de terra através de um pioneiro sistema antiterramoto, que consistia numa estrutura flexível tipo caixa de madeira, ou gaiola, formada por feixes diagonais reforçando uma armação de madeira vertical e horizontal, foram construídos com paredes à prova de fogo, subdividindo-se os telhados a fim de se evitar a sua propagação.

Figura 2: Projeção urbanística de Lisboa – Planta de Eugénio dos Santos (in França, 1976).



Pelo facto de os edifícios passarem a obedecer a dimensões estandardizadas e uniformes, todo o processo de reconstrução levou à criação de uma extensa infraestrutura para a pré-fabricação de peças-tipo. Deste modo, como adianta Kenneth Maxwell, “a reconstrução de Lisboa ficou diretamente associada ao objetivo do governo estimular a classe industrial artesã em Portugal e assim ajudar ao desenvolvimento económico global do país” (Maxwell, 2005: 228). Por outro lado, a existência de edifícios de quatro pisos, faz com que a racionalidade da Baixa comece por conquistar comerciantes que comprem ou alugam os pisos do rés-do-chão para lojas, ficando os pisos superiores com pequenas manufaturas. “Depois, essas oficinas vão, pouco a pouco, atraindo alfaiates, retroseiros e chapeleiros, que ajudam a especializar cada uma das artérias e transformam a Baixa numa espécie de centro comercial diversificado” (Serrão, 2005: 199), que em muito fomentou o desenvolvimento de uma nova classe social – a burguesia mercantil. “Discípulo das Luzes, o marquês ambiciona criar um quadro propício ao aparecimento de uma nova classe social, uma burguesia progressista, culta e empreendedora, capaz de criar as bases de uma sociedade nova” (Couto, 2003: 197).

O Terreiro do Paço, materializando a “substituição de uma vida de corte de outrora por uma vida “moderna”, quer dizer, por uma vida “útil”, comercial, desembaraçada do palácio de um rei tornado inútil” (França, 1977: 123), será rebatizado de Praça do Comércio, funcionando como o fórum da nova urbe, localizando-se aí a Alfândega, a Bolsa dos comerciantes, os tribunais, os serviços públicos, num verdadeiro símbolo de reforço do Estado, “e mais do que a gratidão do reino para com a classe que estava a contribuir de maneira decisiva para a reconstrução da capital, uma valorização social, ou melhor uma revolução na hierarquia estabelecida” (*idem*), símbolo das grandes transformações sociais pombalinas. A única referência ao poder régio surge com a Estátua de D. José I, instalada no centro da ampla praça, de uma praça que “é bem uma Praça Real, conforme os modelos internacionais correntes, e uma estátua régia equestre o confirma, recortando-se sobre um Arco do Triunfo... onde todos os antepassados da pátria são homenageados em suas virtudes, (...) a estratégia está em fazer da Praça Real uma Praça do Comércio – ou vice-versa, com honra para ambas as partes em jogo ideológico, para que o fórum da urbe se modernize” (França, 1994: 20-21).

Face ao exposto, a Baixa pombalina configura assim uma forma-conteúdo cuja criação advém de uma realização humana circunscrita num tempo histórico específico. Tal enquadramento histórico, associado ao despotismo esclarecido de base iluminista, encerra a vontade de um agente histórico – Pombal – em transformar um país atrasado e periférico, no seio dos restantes estados da Europa, num novo símbolo de progresso e modernidade a partir de uma nova realização social, económica, cultural de base iluminista, expressa na nova Baixa pombalina. A génese do seu espaço figura, assim, a vontade de uma sociedade em evolução, que desconstrói o seu espaço e o recria enquanto símbolo e metáfora de uma nova mentalidade e ordem económica e social, dotando-o de conteúdo passível de interpretação e compreensão histórica. “Tal conteúdo - a essência - pode ser comparado a uma sociedade em andamento, em evolução, em movimento... O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço. A fenomenologia do espírito de Hegel seria a transformação da sociedade total em espaço total. A sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência. O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo” (Santos, 1988: 43-46), com sentidos históricos, decorrente de uma (re)escrita do espaço ordenada pelos desejos, necessidades, processos e eventos de uma sociedade integrada

numa dimensão temporal contínua. Por conseguinte, decorrente desta metamorfização da sociedade no espaço, este apresenta uma historicidade territorializada que, num processo temporal contínuo, se vai (des)construindo num presente sempre ainda não realizado, advindo-lhe o caráter de território-palimpsesto, com leitura e significado histórico.

2. Pensar a História espacialmente

O espaço assume uma dinâmica e mutabilidades na sua forma-conteúdo consequente das realizações humanas que o vão construindo e desconstruindo num processo contínuo e sempre inacabado, enquanto meio de possibilidades, causais e equifinalistas, de fatores múltiplos, humanos e naturais, (re)configurando-se num novo sentido decorrente deste processo de palimpsesto e das *marcas* a que vai sendo sujeito, como expressão das diversas manifestações da vida das sociedades humanas.

Com efeito, importa analisar, em termos educativos, a apreensão da leitura do espaço no quadro do processo de ensino-aprendizagem, (des)construindo-o enquanto entidade de interpretação e compreensão histórica de modo a que o mesmo configure uma nova aceção epistemológica na construção do saber histórico, eixo estruturante do presente estudo.

2.1 A didática da História no desenvolvimento do pensamento histórico-espacial

A conceção do espaço enquanto sujeito de construção e significados históricos apresenta-se como um vetor interconexo do saber histórico e conseqüentemente objeto de análise científica no âmbito da educação histórica, ampliando-a no âmbito da sua atividade. Deste modo, ensinar e aprender o espaço na sua unidade histórica pressupõe a definição e a construção de caminhos didático-pedagógicos, por parte do professor, que permitam, no âmbito da formação histórica dos alunos, desenvolver o pensamento histórico-espacial, para que a partir da e na espacialidade se configurarem linhas problematizadoras, descodificação de signos e variáveis multidisciplinares de âmbito espacial, hipóteses, descobertas, dúvidas, eixos interpretativos e explicativos que levem os alunos a construir o conhecimento histórico, enquanto processo intelectual que lhes permita “compreender criticamente a sua realidade, mas também transformá-la através de uma participação consciente na vida da comunidade” (ME/DEB: 2001: 89).

No campo desta problematização didática do espaço e da tentativa de estabelecimento de quadros teóricos norteadores da definição e efetivação de metodologias e instrumentos didáticos no âmbito da compreensão espacial, afigura-se premente, num primeiro momento, a discussão do conceito em termos epistemológicos para que, ao ser desconstruído e entendido enquanto processo e produto histórico, se estabeleçam eixos de inteligibilidade, metodológico-didáticos alicerçados numa teorização histórica do espaço que levem ao desenvolvimento do pensamento/consciência histórico-espacial dos alunos. Como refere Lana Cavalcanti, “toda a discussão sobre o ensino deve ter como base a discussão epistemológica, porque o ato didático é um ato epistemológico. Quando se negligencia essa discussão, corre-se o risco de se trabalhar com o superficial, com os desdobramentos aparentes dos fenômenos, com as decorrências, sem compreender os nexos internos e externos da realidade que se estuda” (Cavalcanti, 2011: 17).

Deste modo, tal descentramento metodológico, a operar no âmbito da investigação histórica, poderá, num primeiro momento, descortinar/explorar dados e elementos de sustentação

didática-metodológica a partir das práticas educativas da Geografia (pela associação instantânea do espaço como o seu objeto de estudo) para que, no diálogo profícuo e complementar a estabelecer entre a Geografia e a História, esta possa arquitetar e reconfigurar linhas inteligíveis de desenvolvimento do pensamento histórico-espacial nos alunos, a partir da construção de vetores coadunáveis e intrínsecos à epistemologia do espaço enquanto sujeito/objeto histórico.

Assim, a História poderá (re)elaborar guias e roteiros didático-pedagógicos interpretativos e compreensíveis do espaço, enquanto categoria discursiva de significado histórico, para a descodificação das gramáticas espaciais intrínsecas ao mesmo.

Ressalva-se que a espacialidade, enquanto foco reflexivo-problematizador deste estudo, apesar de ser alvo de uma análise analítica, enquanto subdimensão de compreensão histórica e, por conseguinte, de construção do conhecimento histórico, deverá ser integrada dialeticamente nas outras dimensões que constituem a operacionalização do aluno historicamente competente. Mediante este prisma de abordagem, procurar-se-á de seguida explicar alguns apontamentos de desenvolvimento metodológico-didático, no que à espacialidade se refere no processo de ensino-aprendizagem de História. Neste sentido, apresentam-se algumas propostas, que se afiguram como núcleos estruturantes e estruturadores da abordagem didática ao espaço, no âmbito da educação histórica:

1. A paisagem sentida e vivida como experiência espacial reveladora das suas temporalidades intrínsecas;
2. O espaço como laboratório de investigação no desenvolvimento do pensamento histórico espacial;
3. O mapa como narrativa histórica descodificada;
4. Os museus como espaços de oportunidade e interatividade entre os sujeitos, o passado e o presente através dos seus signos de valor memorístico;
5. Os equipamentos interativos e de base tecnológica como meios de visualização e interpretação espacial;
6. O desenho e a ilustração como mecanismo de formação de uma consciência histórico-espacial;
7. A toponímia como elemento de memória ativador das representações espaciais

Salienta-se que a operacionalização das ideias de abordagem didática de cada um dos núcleos apresentados pressupõe o estabelecimento de relações de complementaridade entre os mesmos, devendo a sua mobilização ser articulada em função das especificidades das temáticas em estudo. De seguida, descortinam-se algumas ideias sobre as conceções de desenvolvimento do raciocínio espacial a partir da didática da História.

Permitir aos alunos o contacto direto com a paisagem possibilita o despertar de todos os seus sentidos e a estruturação e desenvolvimento de um pensamento histórico-reflexivo através das mediações com o real empírico, constituindo-se esse real como um meio de experiência espacial. Assim, essas mediações traduzem-se na compreensão das mutabilidades e dinâmicas espaciais, decorrentes da conceção do espaço como território-palimpsesto, cabendo ao professor estimular e orientar os processos mentais dos alunos na progressiva compreensão da espacialidade, enquanto ângulo do saber histórico e simultaneamente permitir o estabelecimento de referenciais, que lhes permitam a construção de sentidos históricos, para que possam dialeticamente

conhecer e atuar sobre o espaço dimensionando-o nas memórias das suas temporalidades, material e simbolicamente.

Assim, a/o docente, a partir das experiências espaciais, encontra um meio privilegiado para formar os alunos como agentes históricos. Destacando-se que, nesse processo de entendimento e de desenvolvimento do pensamento histórico-espacial, a/o docente terá de lhes fornecer ferramentas intelectuais para que eles possam compreender a realidade espacial nas suas complexidades e contradições, a partir da análise da sua forma-conteúdo e da sua historicidade. Decorrente deste processo, o aluno passa a ter a convicção que, ao aprender a dinâmica histórico-espacial e ao conceber o espaço como um elemento de identidade e pertença, estará mais motivado para estabelecer com os conteúdos apresentados uma relação de elevado nível cognitivo, colocando-se como sujeito ativo de conhecimento.

A experiência espacial e o contacto direto com a sua materialidade colocam, no âmbito desta discussão didático-metodológica de compreensão do espaço na sua relação com o saber histórico, uma reflexão crítica sobre como o pensamento concetualiza o imediato e o mediato no processo do conhecimento e na formação do pensamento histórico-espacial. Por um lado, todo o conhecimento tem uma dimensão do imediato, que é o conhecimento obtido no momento direto, a primeira impressão do objeto/espaço/paisagem sentido sensorialmente: “a impressão sensível (a sensação) é conhecimento apenas enquanto é uma ausência de conhecimento; ausência pressentida ou sentida como uma necessidade de ir adiante no conhecimento... A sensação é o imediato, o primeiro imediato, o aqui e agora em estado bruto” (Cavalcanti, 2011: 200). Por outro lado, o conhecimento é um processo que vai além desse imediato, pois envolve também a percepção. “A percepção é uma capacidade que resulta de uma atividade prática e de um trabalho do entendimento, que já supera as sensações, já as unifica racionalmente...” (*idem*). No seguimento desta linha de ideias, a atuação mais relevante do professor será a de propiciar elementos para o desenvolvimento do pensamento histórico-espacial dos alunos no sentido de fazer as relações do imediato com o “conhecimento mediato” (*ibidem*, 201).

Ora, tais relações terão de ser fundadas numa didática que fomente o *olhar pensante* para que assim os nossos alunos consigam decifrar e descodificar a significação histórica de que se revestem as materialidades intrínsecas ao espaço. Conscientes todavia que nesse processo devem ser levados em consideração os princípios de que “a experiência individual é a única mediação válida no mundo real; o mundo real é apenas acessível para cada um de nós pessoalmente (todos nós temos a nossa própria autobiografia)” (Seemann, 2003: 49).

Ainda no âmbito do descentramento de metodologias que operacionalizem, no processo de ensino-aprendizagem, a construção de narrativas históricas da espacialidade, os mapas surgem como uma importante ferramenta intelectual e um instrumento cognitivo de desenvolvimento de uma pensamento e uma consciência histórico-espacial. Assim, não discutindo a sua essência como meios de representação espacial da realidade, os mapas podem ser simultaneamente concebidos como “meios de visualização de processos do pensamento humano e indicadores de uma realidade subjacente que não é diretamente acessível ao olhar” (*idem*, 51). Assim, a realidade espacial cartografada pode apresentar, além da geográfica, uma significação histórica, na medida em que o espaço representado geograficamente pode apresentar uma matriz mental, cultural, político-ideológica, etc. Por outro lado, cartografar determinado espaço nos instantes dos sucessivos presentes permite, em cada um desses tempos, captar uma organização espacial específica e singular, que narra várias dimensões, económicas, sociais,

demográficas, culturais, urbanas, de mobilidade... e, assim, permite, pela sobreposição desses testemunhos de representação espacial, traçar linhas evolutivas de entendimento histórico-espacial.

Por outro lado ainda, no processo de formação de uma consciência histórico-espacial estão subentendidas duas temporalidades, o presente e o passado. Assim, a partir dos mapas mentais podemos avaliar o nível de consciência espacial dos alunos, nomeadamente conhecer os valores previamente desenvolvidos pelos alunos e avaliar a imagem que eles têm do seu lugar, já que estes se constituem como representações do vivido e do saber percebido a partir da experiência com os lugares. "Ao representarem o real, os mapas mentais são elaborados por um processo que relaciona percepções próprias visuais, audiovisuais, olfativas, lembranças, coisas conscientes ou inconscientes, apresentando-se nas evidências da representação mental do lugar, elementos e indicadores interpretativos de como o aluno viveu e compreendeu o lugar resultante da sua experiência espacial proporcionada" (Archela, 2004: 127-128).

Outros elementos possibilitam, no âmbito da intervenção educativa, o estudo da espacialidade, como sejam os museus. Nos seus *objetos-testemunho* de teor e comunicação espacial, através de variadas fontes iconográficas (quadros, telas, artefactos, mapas, fotografias, maquetes...), o museu permite aos alunos "situarem-se nos diferentes tempos e espaços históricos (...), a perceberem continuidades e mudanças, constituindo um foco estimulante e profícuo para o pensamento, a investigação, a imaginação e a criatividade. (...) Valorizar o *objeto-testemunho* como recurso didático-pedagógico é, antes de mais, aproximar física e sensorialmente os alunos da sua própria memória e identidade cultural" (Brito, 2009: 24). Compete a/o docente criar situações de interação com os *objetos-testemunho*, suscitando nos alunos a curiosidade, o levantamento de hipóteses, a descoberta de dados que lhes permitam resolver a situação-problema (no museu ou noutros locais – escola, em casa, bibliotecas, alargando-se complementarmente, o campo de investigação e aprendizagem), o registo e o tratamento de informação, de modo a configurarem narrativas históricas com sentido. Nesta ótica, poder-se-á, ora, rentabilizar-se os equipamentos interativos de base tecnológica que os serviços educativos dos museus/centros de ciência proporcionam, ora proporcionar situações de interação, através de práticas metodológico-didáticas que desenvolvam nos alunos o pensamento e a consciência histórico espacial, com recurso a propostas de esboços, desenhos, construção de filmes sobre as temáticas em estudo, a construção de percursos e de mapas a partir de relatos históricos e outros documentos escritos.

Do exposto, conclui-se que o espaço da Baixa pombalina da cidade de Lisboa se apresenta como uma categoria discursiva de significado histórico na medida em que a sua gramática espacial subentende leituras várias, de âmbito económico, social, política, ideológica, cultural, as quais apresentam possibilidades de desenvolvimento de um pensamento histórico-espacial nos alunos que, ao interpretarem as significações e simbologias urbanísticas inerentes à mesma, tomam parte de um processo de construção de uma consciência histórico-espacial.

Segundo as palavras de Luís Grosso Correia, "a História como ciência quanto à aprendizagem histórica está fundada nas operações e nos processos existenciais da consciência histórica" (Correia, 2011: 562). Deste modo, abre-se, no próximo subcapítulo, na esfera desta discussão da espacialidade no processo de ensino/aprendizagem, a importância da consciência histórica no desenvolvimento e construção de um raciocínio histórico-espacial, entendida esta consciência como vetor de aprendizagem histórica. "Se aprender for entendido, fundamentalmente e genericamente, como processo no qual as experiências e as competências são

refletidas interpretativamente, esse conceito de aprendizagem diz respeito ao que se discute aqui: a contribuição da ciência histórica para o desenvolvimento daquelas competências da consciência histórica que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico” (Rüsen *apud* Correia, 2011: 562).

2.2 Espaço e consciência histórica

Percecionar a Baixa pombalina num tempo presente significa observar nas suas formas uma historicidade territorializada, um conjunto estrutural de valor histórico e patrimonial, mas dotado de vida por uma nova sociedade que a apropriou e lhe atribui novos significados, que discursam eventos, processos e fenómenos de variada índole (geográfica, política, cultural, económica, estética, entre outros), resultantes de um tempo presente em que está inserida

Enquanto produto do passado, o seu plano de conjunto apresenta um sentido identitário e os seus elementos arquitetónicos e urbanísticos adquirem valor como testemunho de uma época marcada por uma conjuntura histórica específica subjacente à sua criação, constituindo-se como uma fonte de conhecimento de uma sociedade com modos de vida, organização, estruturas político-ideológicas que não presenciamos e vivenciamos.

Dado que a dinâmica histórica configura um processo de continuidades, mudanças e ritmos de desenvolvimento condicionados por uma multiplicidade de fatores, a educação histórica “habitua a descobrir a relatividade das coisas, das ideias, das crenças e das doutrinas, e a detetar por que razão, sob aparências diferentes, se voltam a repetir situações análogas, se reproduz a busca de soluções parecidas ou se verificam evoluções paralelas” (Mattoso, 1999: 17).

Formar nos alunos uma consciência histórica do espaço que a Baixa pombalina configura, exige um processo intelectual clarificador das suas mutabilidades (de espaço orgânico a espaço racional) a partir de uma materialidade presente, observável e sentida, que este espaço-produto histórico expressa.

A apropriação histórica do próprio presente, neste caso específico, da cidade herdada de Pombal, encerra um desafio para os alunos enquanto meio e processo de formação histórica na constituição de sentidos orientadores da sua vida. Tal desafio justifica-se na medida em que o processo de formação histórica ocorre nas circunstâncias reais da vida dos próprios alunos, que vivem, percecionam a cidade herdada, atribuem-lhe sentidos vários em função das suas especificidades e realizações pessoais e/ou sociais.

Neste sentido, a Baixa pombalina enquanto fonte/recurso de formação histórica encerra uma historicidade expressa e sentida mediante dois planos discursivos. Por um lado, decorrente de um processo temporal contínuo as formas adquiriram novos significados e personificaram outras realizações, culturais, estéticas, lúdicas, económicas, sociais, camuflando-se, por vezes, a sua essência primordial enquanto produto histórico. Por outro lado, não deixa de discursar objetivamente, enquanto espaço identitário, as marcas de um tempo passado, materializadas nas suas formas-monumento.

Seguindo esta linha de ideias considerar-se-á que, “objetivamente, a História está dada de dupla maneira. De uma parte, como sedimento quase-coisificado das mudanças no tempo, nas circunstâncias concretas da vida presente... De outra parte, nos diversos estados de coisas (como documentos, monumentos e semelhantes), que informam sobre o que, quando e porque foi o caso” (Rüsen, 2010: 106).

A historicidade cristalizada na Baixa pombalina exige que a apropriação histórica do presente se desenvolva nos sujeitos aprendentes não como evidências históricas dadas, concretas, mas como evidências históricas, apropriadas e vividas, num processo de formação histórica que ocorre nas circunstâncias reais das suas próprias vidas. “Se for o caso somente de destacar a caráter de “dadas”, dessas condições, poder-se-ia simplesmente esquecer sua mudança e transformação no tempo. Estas pré-escritas, para as histórias, significa que elas fazem parte, na forma de memória consciente e de passado interpretado, da vida real presente, na qual se deve aprender a lidar com ela” (*idem*, 107).

Esta condição presencial e ativa de apropriação da história do tempo presente, pelos sujeitos aprendentes significa que a apropriação dessa história objetiva tem como ponto de partida uma historicidade já integrada culturalmente na própria realidade vivencial dos sujeitos. “As histórias cristalizadas na vida humana, como realidade por si (ou seja: “objetivamente”, como monumentos, exposições históricas, diretrizes curriculares para o ensino básico da História), lançam uma ponte, dos dados históricos presentes nas circunstâncias da vida concreta, para o dado documentado das experiências históricas. Uma ponte, da história que vale, antes de qualquer memória, como conjunto das condições da vida prática, para a história “escavada” dos arquivos da memória e tornada conteúdo da consciência mediante o aprendizado” (*ibidem*).

Consequentemente, o processo de formação histórica implica uma dialética entre essa história objetiva e o ser aprendente, na sua formação enquanto pessoa/cidadão, de modo a que da apropriação dessa história possa construir a sua subjetividade e torná-la a forma da sua identidade histórica. “Esse duplo movimento de aprendizado, de passagem do dado objetivo à apropriação subjetiva, e da busca subjetiva de afirmação ao entendimento objetivo, alcança o nível ou a qualidade da formação quando consegue efetivar a articulação entre objetividade e subjetividade do pensamento histórico, característica da história como ciência” (*ibidem*, 108).

O processo de formação de uma consciência histórica e da constituição de sentidos históricos daí advindos implica que “a formação histórica é antes de mais, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido. Sua qualidade consiste em (re)elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida” (*ibidem*, 2010: 104), de modo a que as expectativas e os interesses dos sujeitos aprendentes, futuros cidadãos de uma sociedade complexa e plural, ao serem confrontados com o conteúdo experiencial da história objetiva, na relação dialética, presente e história inserida nele, se materializem noutras realizações humanas advindas da consciência compreensiva e interpretativa, pela realização experiencial dessas histórias. Deste modo, eles tomam consciência da própria relatividade histórica e, com isso da dinâmica temporal interna da identidade histórica e por outro lado desenvolvem um pensamento histórico que lhes permitem estabelecer linhas e sentidos orientadores da sua vida em sociedade. “A atividade da consciência histórica pode ser considerada como aprendizado histórico quando produza ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática” (*ibidem*, 2010: 110).

Estes pressupostos teórico-metodológicos, vetores do processo de formação histórica a que Jörn Rüsen alude alicerçam-se num conjunto de competências que orientam historicamente a vida prática e que no seu todo se constituem na *competência narrativa da consciência histórica*, que,

segundo o autor, se dão a partir de três operações: *experiência*, *interpretação* e *orientação* e que serão alvo de desenvolvimento no processo de aprendizagem de História a partir de duas visitas de estudo enquanto experiências histórico-espaciais.

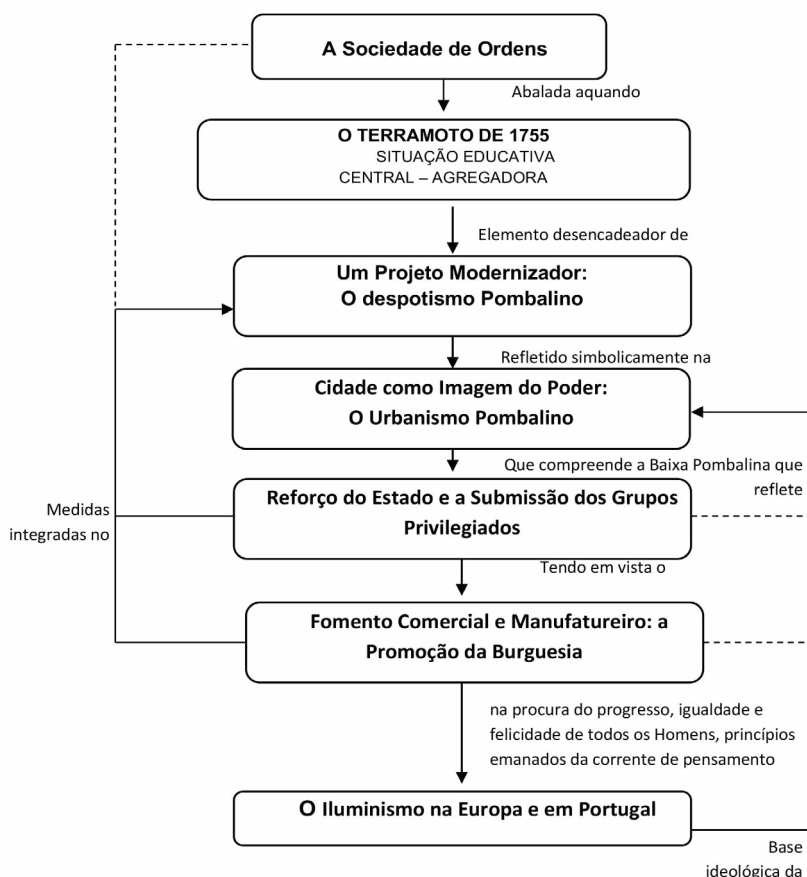
3. A Baixa Pombalina como espaço de experiência histórica

O presente capítulo circunscreve o âmbito metodológico-didático no qual se reporta a intervenção educativa, a partir da operacionalização prática do conceito de espaço como entidade histórica, a partir de uma unidade espacial, a Baixa pombalina, em Lisboa.

3.1. Aprender História na Baixa Pombalina, em Lisboa

Importa refletir sobre o processo de planificação dos conteúdos programáticos que o *urbanismo pombalino* circunscreve, em torno de uma situação educativa agregadora definida a partir do Terramoto de 1755, enquanto vetor de entendimento globalizante da génese e gramática espacial associada à Baixa pombalina. Estabeleceu-se que a operacionalização do roteiro temático apresentado se desenvolveria a partir de duas visitas de estudo à Baixa pombalina, circunscrevendo-se assim, simultaneamente, no processo de ensino-aprendizagem, o estudo de um espaço de significação histórica, no próprio espaço real, sentido e vivido pelos alunos, na sua historicidade territorializada (cf. Figura 3).

Figura 3: Roteiro temático – O Terramoto de 1755 (situação educativa agregadora).



Neste contexto, a visita de estudo adquire uma significação de experiência, simultaneamente espacial e histórica. A experiência espacial configura-se, por um lado, como uma oportunidade de sentir e vivenciar o espaço a partir dos estímulos sensoriais, como impulsores da construção de um raciocínio histórico dos alunos, na medida em que a paisagem envolve os nossos sentidos, desperta-nos sensações, pelo que, através dela, os alunos facilmente ativarão e revelarão suas conceções prévias, as suas representações de uma qualquer realidade espacial. Por outro lado, tal experiência decorre do entendimento da espacialidade como uma subdimensão da compreensão histórica, articulada nas outras subdimensões, temporalidade e contextualização, mas numa esfera de entendimento que ultrapassa o carácter geográfico de localização, e a configure num processo teórico-metodológico advindo do carácter transdisciplinar do espaço como entidade histórica, na simbiose entre tempo e espaço. Neste sentido, “sair com os alunos da aula é dar-lhes a ler um outro texto que não o livro, não para negligenciar o livro, mas para desencadear uma paragem necessária que os tornará mais ricos: eles vão decifrar a “escrita” de uma paisagem, o discurso do profissional, com a ajuda do professor, mediador, tradutor indispensável, porque nem a paisagem nem o discurso do profissional podem ser compreendidos espontaneamente pelo aluno” (Almeida, 1998: 75). Tal *escrita* poderá ser entendida como uma gramática espacial de significado e simbologia histórico-espacial, na medida em que o espaço pode circunscrever na sua génese uma matriz político-ideológica e, portanto, ser passível de uma descodificação de sentido histórico.

Alicerçada na experiência espacial, a visita de estudo constitui-se como uma experiência histórica. Neste sentido, vai exigir ao aluno durante a visita de estudo, mediante a orientação e as ferramentas intelectuais que a/o docente lhe forneceu, a percepção das diferenças qualitativas entre o passado e o presente, levando-o a aprender a olhar, a analisar e a mobilizar saberes num espaço construído e vivido, não como um espaço museológico ao ar livre mas como um espaço histórico-cultural passível de ser traduzido no universo do seu sistema simbólico.

Tal processo subentende a visita de estudo não apenas como um dado realizado, mas realizável, em função das especificidades dos alunos, dos seus interesses, de novas ideias que surjam no decurso da sua formação histórica na escola ou fora dela, conciliando-se, em equilíbrio, a vertente formativa e a emotiva na construção de sentidos espaciais.

Deste modo, no quadro da visita de estudo, como experiência histórico-espacial o aluno poderá formar-se como agente histórico a partir do desenvolvimento do seu pensamento e consciência histórico-espacial.

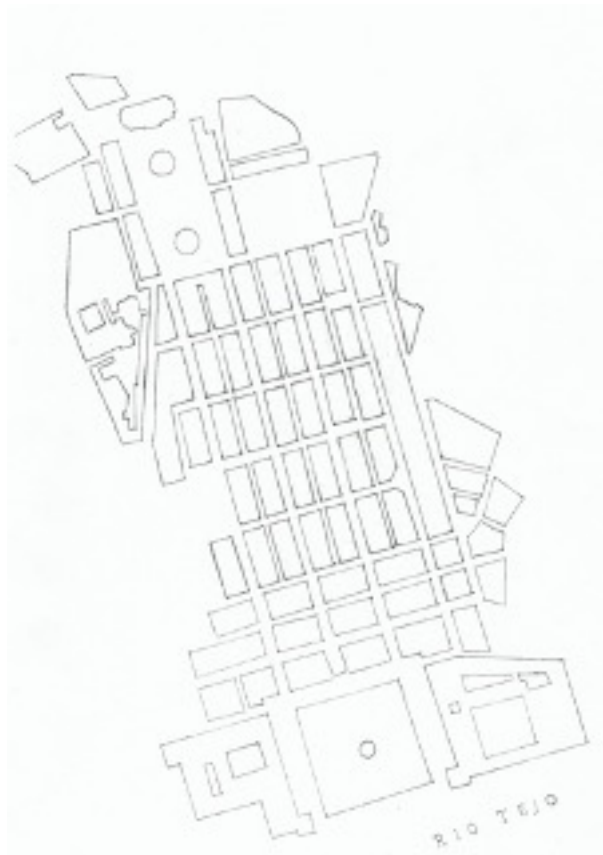
3.1.1. Primeira visita de estudo à Baixa pombalina

A planificação da primeira visita de estudo terá de ser entendida como uma opção metodológica-didática, enquadrada no seguimento de uma aula de História cujo enfoque central incidiu sobre os principais acontecimentos associados ao terramoto de 1 de Novembro de 1755. Foi apresentado aos alunos uma *planta da cidade de Lisboa nas vésperas do terramoto* (Figura 4), assim como, a *planta da cidade de Lisboa segundo a projeção urbanística de Eugénio dos Santos* (Figura 5).

Figura 4: Planta da cidade de Lisboa nas vésperas do grande terremoto de 1755 (adaptado de Tavares, 2005, 41 e 43)



Figura 5: Planta da cidade de Lisboa: Projeção urbanística de Eugénio dos Santos (adaptado de Tavares, 2005, 41 e 43)



Estabeleceu-se uma breve caracterização da morfologia urbana da cidade antes do grande terremoto e posterior decalque, em papel de engenharia, da nova planta da baixa de Lisboa, com régua e esquadro, que permitiu que os alunos se consciencializassem de uma forma realística da transformação radical do novo espaço urbano, induzindo de imediato algumas das suas novas características.

Tais opções metodológico-didáticas subentendiam uma motivação para o estudo da reconstrução urbanística da baixa de Lisboa, associado ao urbanismo pombalino. Conseguida a motivação na sala de aula, pretendia-se que a apropriação histórica deste espaço pelos alunos, no presente, se desenvolvesse primeiramente mediante uma ótica exploratória e simultaneamente motivadora, na relação e construção com o saber histórico.

Ora, tal entendimento e processo de formação histórica, assente numa progressiva tomada de consciência histórico-espacial, subentendia, metodologicamente, despertar sensorialmente os alunos para a espessura antropológica e a memória territorializada, a partir da materialidade visível, para que, depois, a partir dos sucessivos momentos de aprendizagem propostos, eles pudessem progressivamente ir percecionando a gramática espacial da baixa, de modo a que, através das atividades práticas, fossem superando as sensações, unificando-as racionalmente.

Atendendo às especificidades dos alunos em termos de aprendizagem e às suas motivações e interesses, foi concebido um *roteiro de trabalho e estudo*, que desenvolvesse nos alunos,

o gosto pela descoberta, numa linha construtivista do ensino, dos conteúdos delineados. Ao mesmo tempo, na sua conceção procurou-se uma diversificação das metodologias de trabalho permitindo uma contínua envolvência dos alunos no processo de aprendizagem, evitando-se a saturação, assim como a colmatação dos problemas de indisciplina, uma vez que se tratavam de atividades práticas que vão de encontro às suas expectativas escolares.

Tais atividades foram desenvolvidas com o intuito de organizar a informação recolhida pelos alunos, ao mesmo tempo que permitia a sua sistematização, em quadros síntese, *croquis*, esboços, para que esta pudesse ser apreendida de uma forma significativa e gradual. Cada uma das subsecções do roteiro de trabalho funcionava como vetor de conhecimento/evidências, numa primeira fase, permitindo-lhes estruturar, de forma gradual e analítica, o seu pensamento histórico de modo a que, a partir destes núcleos (que incidiam na análise de plantas, toponímia, desenho de um edifício pombalino e sua caracterização, elementos arquitetónicos e seu significado urbanístico/arquitetónico), pudessem posteriormente formar redes de entendimento explicativos da gramática espacial associada à Baixa pombalina. Visava-se, assim, o desenvolvimento da consciência histórico-espacial ao mesmo tempo que se ia lendo e descodificando as simbologias e significações históricas da cidade pensada e edificada por Pombal.

Este primeiro momento exploratório, materializado nesta primeira visita de estudo, constituiu-se como uma experiência histórico-espacial, permitindo aos alunos o estabelecimento de referências na organização e estruturação do seu pensamento histórico a partir da análise segmentada das marcas históricas, significações e simbologias que a Baixa pombalina circunscreve, nos seus elementos arquitetónicos e urbanísticos. Pretende-se que tal experiência lhes permita, a partir da segunda visita de estudo à baixa pombalina, que a seguir se descreve, uma orientação para uma descodificação da gramática espacial, de uma forma mais elaborada, constituindo-se esta como um aumento da experiência e do saber e conseqüentemente como uma mudança produtiva dos modelos de interpretação a que foram sendo sujeitos. Tal processo permitiu-lhes problematizar e modificar os modelos de interpretação já elaborados, de uma modo reflexivo, permitindo-lhes, de forma sustentada, constituir sentidos históricos.

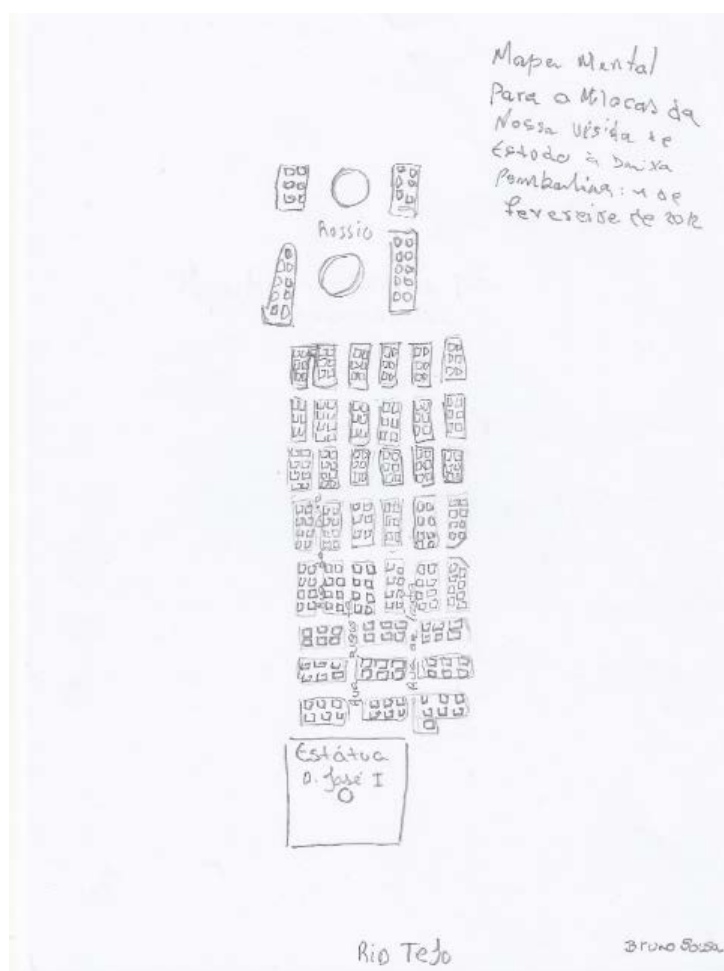
3.1.2. Segunda visita de estudo à Baixa pombalina e ao Museu da Cidade

À luz de um aumento da experiência histórica dos alunos, enquanto um dos núcleos do processo de formação histórica, e, por conseguinte, ligada dialeticamente a uma mudança produtiva dos modelos de interpretação, o outro núcleo processual no desenvolvimento da formação histórica, segundo Jörn Rüsen, foi proporcionado aos alunos através de uma nova experiência histórico-espacial, na continuidade/complementaridade da anterior. Desta vez, o enfoque metodológico não foi tão orientado. Foi orientado para um desenvolvimento mais elaborado e integrado da tomada de consciência histórico-espacial da baixa pombalina a partir de experiências individuais, alicerçadas na autonomia intelectual e criativa específica de cada aluno.

Para o efeito, a visita de estudo constituiu-se em dois núcleos experienciais: uma visita de estudo ao Museu da Cidade e outra à Baixa pombalina, em vertente de expedição fotográfica de modo a que permitisse aos alunos apreender e, simultaneamente, elaborar uma síntese narrativa da gramática espacial por cada um deles produzida, a partir da legendagem dos conteúdos produzidos.

De notar que, dias antes da realização da segunda visita de estudo, a turma acolheu uma aluna, oriunda da Guiné Bissau, pelo que, como forma de a ir integrando na turma, e ao mesmo tempo, dado o seu desconhecimento da cidade de Lisboa, foi solicitado aos restantes alunos da turma a realização de um mapa mental da Baixa pombalina, para oferecer à nova colega, onde deveriam estabelecer as referências espaciais, tendo como alusão o percurso realizado durante a primeira visita de estudo realizada. Tal proposta de trabalho subentendia uma ativação das conceções espaciais da Baixa pombalina, ao mesmo tempo que permitia avaliar o nível de consciência espacial dos alunos, nomeadamente conhecer os conteúdos previamente desenvolvidos pelos alunos e avaliar a imagem que eles têm do seu lugar, já que os mapas mentais se constituíam como representações do vivido e do saber percebido a partir da experiência com os lugares, decorrentes da visita de estudo já realizada. (cf. Figura 6).

Figura 6: Mapa mental da Baixa pombalina (exemplo)



As evidências apresentadas a partir dos mapas mentais denotam uma leitura subjetiva, já que configuram a estrutura mental e cognitiva dos alunos. No entanto, poderemos tecer algumas considerações como sejam: a representação da baixa de uma forma relativamente geométrica, apontando para o carácter racional em que foi edificada; a legendagem do espaço – *Baixa pombalina*; a referência a alguns elementos arquitetónicos, como a Estátua equestre de D. José I e a Praça do Comércio.

No desenvolvimento deste processo de formação histórica, realizou-se a segunda visita de estudo pelo que, por uma questão de análise metodológica e sequencial, faremos primeiramente referência à experiência proporcionada e desenvolvida no Museu da Cidade, e de seguida ao percurso realizado à Baixa pombalina.

Todos os instrumentos didático-pedagógicos foram construídos mediante um prisma de desenvolvimento do pensamento e da consciência histórico-espacial dos alunos, na leitura histórica da Baixa pombalina, subentendendo o estudo da espacialidade como um enfoque do saber histórico.

Assim, a *Maquete da cidade de Lisboa anterior ao terramoto de 1755*, patente no Museu da Cidade, constituiu o elemento e o instrumento a partir do qual os alunos experienciaram visualmente e interactivamente, a morfologia da cidade, com especial enfoque no segmento espacial da Baixa da cidade.

Posteriormente foi proporcionado aos alunos um momento de liberdade para tirarem fotografias à maquete, culminando-se o processo com o desenho e ilustração da baixa da cidade, em suporte de papel. As tarefas foram desenvolvidas em função das apetências e interesses dos alunos, trabalhando, ora individualmente, ora em grupo (cf. Figura 7).

Figura 7: Pormenor da baixa de Lisboa, anterior ao grande terramoto (exemplo de desenho).



As ilustrações de alguns segmentos da baixa, ou de elementos arquitetónicos mais específicos constituem-se como recursos cognitivos no desenvolvimento da consciência histórico-espacial de modo a que os alunos configurem mentalmente o substrato territorial em que foi edificada a nova cidade de Lisboa, após o terramoto, na memória da sua espessura antropológica, para que possam explicar e interpretar a espacialidade da estrutura urbana da cidade antes do

terramoto e a sua essência, enquanto cidade orgânica, numa perspetiva comparativa com a nova matriz espacial da Baixa pombalina.

Pretendeu-se, assim, criar linhas de entendimento estruturadoras do pensamento histórico-espacial da nova gramática urbanística da baixa pombalina a partir da consciência camuflada e sedimentar da sua organicidade, transportando-a para o plano da racionalidade, a partir de uma contextualização temporal, do quadro dos valores ideológicos, mentais e políticos que subsistiram ao projeto urbanístico da nova cidade.

Findo este decurso experiencial, foi entregue aos alunos, já na Praça do Rossio, o relato histórico da fuga de um sobrevivente do terramoto, Mr. Fowke (cf. Tavares, 2005), para que depois de lido, os alunos elaborassem o seu percurso de fuga, a partir da planta da cidade de Lisboa, anterior ao terramoto, já fornecida nas aulas.

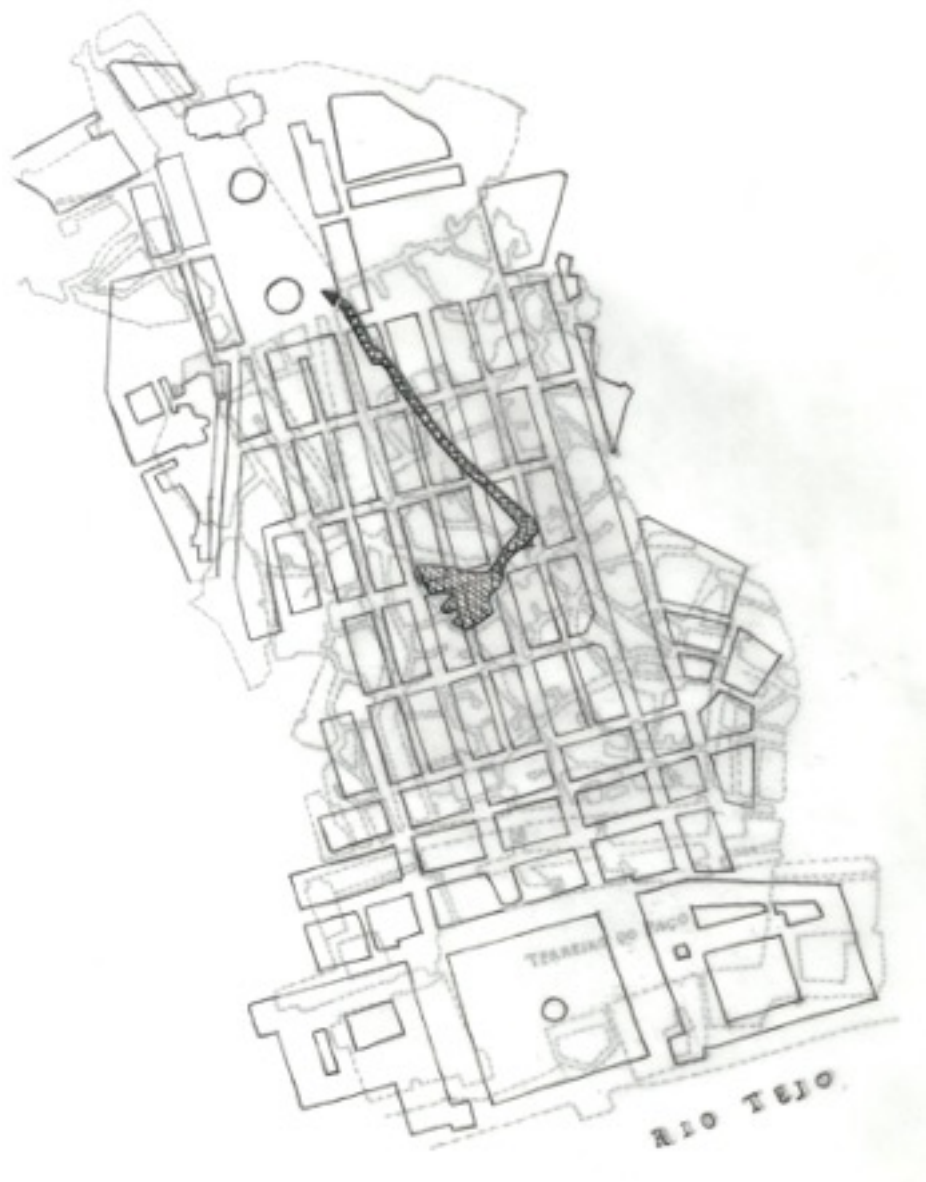
Com efeito, depois de realizado o percurso da fuga, na planta de Lisboa anterior ao terramoto, do Beco das Mudanças, contornando a Igreja de S. Nicolau, passando pela Rua das Arcas até à Praça do Rossio, os alunos sobrepuseram a planta de Eugénio dos Santos, decalcada em papel de engenharia, sobre a anterior, e, com o auxílio de uma planta atual da cidade de Lisboa, transcreveram o nome das ruas atuais, para o papel de engenharia de modo a descobrirem, na cidade real de hoje, os locais da fuga de 1755 (cf. Figura 8).

Todo este processo procurou suscitar nos alunos uma motivação para a realização da *Expedição fotográfica à Baixa pombalina*, tentando descobrir, como motivação e desafio, os locais de fuga, de modo a comparativamente estabelecerem uma consciência histórica nos antagonismos urbanísticos, entre a cidade de Mr Fowke e a cidade atual e a captarem a partir de um *olhar pensante* as significações e simbologias associadas ao urbanismo pombalino, na materialidade concreta proporcionada por esta experiência.

Pretendeu-se assim, traduzir a experiência física dos espaços e as imagens em narrativas históricas, na compreensão deste espaço enquanto sujeito histórico, a partir da legendagem, em sala de aula, dos vários elementos arquitetónicos, urbanísticos e paisagísticos que captaram, traduzindo-os, na compreensão histórica dos vários planos, políticos, ideológicos, económicos, sociais, culturais que subentendem.

Após selecionadas as fotografias tiradas pelos alunos, estes procederam à sua legendagem, tendo como auxílio, a informação constante dos roteiros de estudo e trabalho realizados na primeira visita de estudo.

Figura 8: Percurso da fuga de Mr Fowke e contraponto dos locais de fuga em 1/11/1755 com a Baixa pombalina, na atualidade.



Legenda

- Planta de Lisboa nas vésperas do grande terramoto
- Projeção urbanística de Lisboa após 1755
- ▣▣▣▣ Percurso da fuga de Mr. Fowke
- ⇒ Sentido da fuga

Considerações Finais

A intervenção educativa à Baixa pombalina de Lisboa proporcionou uma efetivação de uma experiência sobre a inteligibilidade do espaço enquanto objeto de estudo histórico e, portanto, passível de interpretação e compreensão pela ciência histórica e de esta poder ser experienciada espacialmente.

O âmbito transdisciplinar que o conceito de espaço apresenta, reportando-o para o plano histórico, intrínseco à problemática aqui desenvolvida, permitiu-nos lançar um novo olhar sobre as paisagens e o território, no entendimento das suas mutabilidades temporais, proporcionando outras leituras e abordagens, no caso específico, históricas, da sua relação dialética com o tempo.

A Baixa pombalina de Lisboa dimensiona esta aceção do espaço como sujeito de significação histórica, na medida em que o processo de descodificação da sua gramática, concretizada nos planos sedimentares deixados por sucessivas transformações, que o foram (des/re)construindo ao longo do tempo, levaram-nos a constatar a sua dimensão de território-palimpsesto.

Com efeito, a leitura histórica deste espaço permitiu-nos o estabelecimento de vetores inteligíveis para a compreensão do espaço enquanto entidade de interpretação e compreensão histórica, ao considerar a génese da sua forma-conteúdo figurada num plano mental, político-ideológico, de base iluminista. Portanto, o espaço também possui uma matriz histórica, que nos permite entender a espacialidade no movimento e nas dinâmicas territoriais, consubstanciadas nas ações e processos dos agentes históricos, no quadro dos seus valores e conjunturas históricas, que o desconstruem num movimento temporal contínuo, permitindo-nos a partir das suas materialidades, conjecturar vários planos, económicos, sociais, políticos, ideológicos, culturais enquanto categorias discursivas espaciais dos seus valores históricos.

A leitura histórica do espaço da Baixa pombalina de Lisboa, permite estabelecer algumas ideias-chave, de âmbito histórico-espacial, que se apresentam de uma forma sequencial e complementar, nomeadamente:

- A sobreposição do plano mental ao espacial, subentendendo este processo, uma génese espacial, na sua forma-conteúdo, de cariz antropológico, clarividente de planos pluridimensionais das sociedades humanas, no seu contexto histórico;
- Este plano mental, enquanto meio de (des/re)construção espacial substancia-se em instrumentos de representação espacial, que subentendem uma significação histórica, na medida em que os mesmos revelam, por um lado, processos de pensamento humano que não são diretamente perceptíveis na sua forma-conteúdo e, por outro, esta circunscreve significados e simbologias, que exigem um processo intelectual de descodificação da sua significação histórica;
- A representação cartográfica do espaço constitui-se, no âmbito da educação histórica, além de um meio de representação do espaço (permitindo a análise de quadros evolutivos espaciais), como um meio de localização e representação geográfica, constitui-se também como uma representação perceptível dos interesses, desejos, pensamentos, ideias das sociedades humanas;
- A espacialidade no quadro da ciência histórica complementa-se na relação da sua essência geográfica de localização e na dinâmica das sucessivas temporalidades territorializadas;
- Integrando as ideias-chave referidas, o espaço pensado, na sua epistemologia de sujeito histórico e vivenciado/percebido, na sua historicidade territorializada, enquadra-se como um eixo interconexo do saber histórico e, portanto, passível de se constituir como objeto de estudo no desenvolvimento do processo de formação histórica.

Espera-se que o presente trabalho de investigação, no seu duplo objetivo de ensinar História no/pelo espaço e proporcionar aos alunos a tomada de consciência espacial diacrónica, se constitua como uma proposta para a ampliação de um pensamento crítico, na construção do conhecimento histórico, pela problematização do espaço e da espacialidade na sua dimensão histórica, a partir de outras experiências educativas, noutros contextos educativos e noutros espaços de modo a se afigurarem outros resultados, outras ideias e metodologias que efetivem uma maior e cada vez mais integrada conceção, historiográfica e didática, do espaço enquanto saber histórico.

Referências bibliográficas

Almeida, António (1998). *Visitas de estudo: conceções e eficácia na aprendizagem*. Lisboa: Livros Horizonte, (Biblioteca do Educador n.º13).

Archela, Rosely Sampaio e outros (2004). O Lugar dos mapas Mentais na Representação do Lugar. *Geografia-Londrina*, Vol. 13, n.º 1, pp. 127-141.

Azevedo, J. Lúcio de (1990). *O Marquês de Pombal e a sua Época*, 2ª Ed., Lisboa: Clássica Editora.

Bauman, Zygmunt (2001). *La globalización, consecuencias humanas*, 2ª ed. Cidade do México, FCE, pp. 49-62.

Brito, Paulo Filipe Freitas Freire (2009). *Museus e Programas Escolares – um instrumento para a prática docente na disciplina de História*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (Diss. Mestrado em Museologia).

Braga, Rhalf Magalhães (2007). O Espaço Geográfico: um esforço de definição. *Espaço e Tempo*, n.º 22, pp. 65-72 (São Paulo).

Buescu, Helena Carvalho (2005). *O Grande Terramoto de Lisboa: ficar diferente*. Lisboa: Editora Gradiva, Fundação Cidade de Lisboa.

Cavalcanti, Lana de Souza (2011). Ensinar Geografia para a autonomia do pensamento: o desafio de superar dualismos pelo pensamento teórico crítico. *Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE)*, vol.7, n.º1, pp.193-203.

Correia, Luís Grosso (2011). O passado é um país estranho: consciência histórica na era da compressão do espaço-tempo. In Isabel Barca (org.), *Consciência histórica na Era da Globalização: Atas das XI Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: CIE/IE, Universidade do Minho, pp.555-567.

Costa, Fernanda Gil (2005). Discurso literário e discurso científico: paradoxos e reflexões a propósito dos relatos sobre o terramoto de Lisboa de 1755. In Helena Carvalho Buescu, *O Grande Terramoto de Lisboa: ficar diferente*. Lisboa, Editora Gradiva, Fundação Cidade de Lisboa, pp. 293-317.

Couto, Dejanirah (2003). *História de Lisboa*. Lisboa: Gótica.

Falcon, Francisco José Calazans (1986). *Iluminismo*, 2ªEd., São Paulo: Editora Ática.

Faria, Miguel Figueira de (2012). *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um espaço urbano*. Lisboa: INCM, Universidade Autónoma de Lisboa.

França, José-Augusto (1976). *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve, Vol. 12.

França, José-Augusto (1977). *Lisboa pombalina e o Iluminism*. Lisboa: Livraria Bertrand.

França, José-Augusto (1989). *Lisboa: Urbanismo e Arquitetura*, 2ª Ed., Biblioteca Breve, Vol. 53.

França, José-Augusto (1994). Colóquio – *Lisboa Iluminista e o seu Tempo: Atas*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.

Gaspar, Jorge (2001). O Retorno da Paisagem à Geografia, apontamentos místicos. *Finisterra*, XXXVI, n.º 72, pp. 83-99.

Godoy, Paulo (2004). Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço. *Estudos Geográficos*, n.º 2, pp. 29-42.

Gorboz, André (1983). El território como palimpsesto. In Ángel Martin Ramos (org.), *Lo urbano en 20 autorescontemporaneos*. Barcelona: Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, pp. 25-34.

Hampson, Norman (1973). *O Iluminismo*. Lisboa: Editora Ulisseia.

Mattoso, José (1999). *A Função Social da História no Mundo de Hoje*. Lisboa: Associação Portuguesa de História.

Maxwell, Kenneth (2005). O Terramoto de 1755 e a recuperação urbana sob a influência do Marquês de Pombal. In Helena Carvalho Buescu, *O Grande Terramoto de Lisboa: ficar diferente*, Lisboa: Editora Gradiva, Fundação Cidade de Lisboa, pp. 209-237.

ME/ DEB (1999). *Programa de História, Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, Ensino Básico 3º Ciclo*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Educação Básica, 4ª Edição.

ME/ DEB (2001). *Currículo nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais/ Específicas (História), Ensino Básico 3º Ciclo*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Educação Básica.

Ribeiro, António (2005). O Sismo de 1/11/1755: significado geodinâmico. In Helena Carvalho Buescu, *O Grande Terramoto de Lisboa: ficar diferente*, Lisboa: Editora Gradiva, Fundação Cidade de Lisboa, pp. 77-87.

Rüsen, Jörn, (2010). *História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*: Brasília: Editora UnB, Fundação Universidade de Brasília.

Salgueiro, Teresa Barata (2005). Ruturas e continuidades: a cidade herdada. In Helena Carvalho Buescu, *O Grande Terramoto de Lisboa: ficar diferente*, Lisboa: Editora Gradiva, Fundação Cidade de Lisboa, pp. 89-107.

Santos, Milton (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, Milton (1996). *A Natureza do Espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Seemann, Jörn (2003). Mapas, Mapeamentos e a Cartografia da Realidade, *Revista Geografares*, n.º4, p.p.49-60.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1979). *História de Portugal – O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Vol. VI, 2º ed., Lisboa: Editorial Verbo.

Tavares, Rui (2005). *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, 2ª Edição, Lisboa: Tinta-da-China.

Vidal Perez, Carmen Lúcia (2005). Ler o Espaço para Compreender o Mundo: algumas notas sobre a função alfabetizadora da Geografia, *Revista Tamoios*, Ano II, nº2, pp. 23-30.

